

Pesquisa mostra aumento da violência contra pessoas trans no Brasil

No primeiro semestre de 2020, 89 pessoas trans foram assassinadas

[\(Agência Brasil | 28/06/2020 | Por Letycia Bond\)](#)

No primeiro semestre deste ano, 89 pessoas transgênero foram assassinadas no Brasil, quantidade que supera em 39% a registrada no mesmo período de 2019, [de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(Antra\)](#). Para a entidade, os números escancaram como a omissão de autoridades governamentais tem contribuído para que estejam no centro de um contexto amplo de vulnerabilidade, que inclui agora efeitos da pandemia de covid-19. “Os dados não refletem exatamente a realidade da violência transfóbica em nosso país, uma vez que nossa metodologia de trabalho possui limitações de capturar apenas aquilo que de alguma maneira se torna visível. É provável que os números reais sejam bem superiores. Mesmo com essas limitações, os dados já demonstram que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculines e demais pessoas trans. O que reforça a importância do nosso trabalho de monitoramento, incidência política e denúncias a órgãos internacionais”, escreve a Antra, que acrescenta que, em tentativa de suprir uma lacuna deixada pelo Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em junho de 2019, tratar os casos de transfobia [com base na Lei nº 7.716/1989](#), na qual são tipificados os crimes de preconceito contra raça e cor.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Aceitação da homossexualidade cresce no Brasil em 7 anos, mas 23% ainda são contra

Pesquisa do Pew Research Center afirma que índice é maior entre pessoas com alto nível de escolaridade.

[\(HuffPost | 25/06/2020 | Por Andréa Martinelli\)](#)

Em meio à ascensão da retórica conservadora, o apoio à comunidade **LGBT** apresenta crescimento no Brasil. Aceitação da homossexualidade aumentou no País nos últimos 7 anos, mas cerca de 23% da população ainda são contra, apontam [dados da pesquisa realizada pelo Pew Research Center](#), instituto de pesquisa norte-americano, divulgados nesta quinta-feira (25).

Batizada de “The Global Divide on Homosexuality Persists” (A divisão global sobre homossexualidade persiste, em tradução livre), a pesquisa perguntou a mais de 38 mil pessoas em 34 países se a homossexualidade era aceitável ou não e deu continuidade à série histórica sobre o mesmo tema iniciada em 1994.

[**Accesse a matéria completa no site de origem.**](#)

No Dia Laranja, ONU Brasil aborda violência de gênero

contra mulheres trans e travestis

Para marcar este 25 de janeiro, #DiaLaranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas, a ONU Brasil apresenta a história de Bruna Benevides, mulher trans que criou um dossiê para documentar a violência contra travestis e transexuais.

O ativismo de Bruna também inclui projetos para a inclusão da população trans no ensino superior e para a capacitação de agentes de segurança, a fim de combater a discriminação no atendimento a pessoas LGBT.

[\(ONU Brasil, 24/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Bruna Benevides é militante e defensora dos direitos humanos da população LGBTI, em especial das pessoas trans e travestis. Coordenadora e articuladora do Instituto Brasileiro Trans de Educação e presidenta do Conselho LGBT de Niterói, ela também é vice-presidenta da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT. Bruna se identifica como “uma mulher trans, identificada pela sociedade como travesti”.

Desde 2016, está na Diretoria da ANTRA, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, e é responsável pela elaboração do Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil. Levantamentos deste tipo já existem há mais de 30 anos no Brasil, feitos por outras instituições, mas Bruna afirma que “ficava muito incomodada com esses dados e a maneira como eles aconteciam porque muitas vezes consistiam apenas em números, mas não se transformavam em nenhuma ação propositiva”.

Assim, por iniciativa própria, decidiu criar o Dossiê e transformá-lo em um novo instrumento de defesa de direitos para acabar com a violência de gênero contra a população trans, inclusive mulheres trans e travestis.

O monitoramento de 2018 será lançado no Dia da Visibilidade Trans (29/1) deste ano, durante a VI Semana Nordestina da Visibilidade Trans, que acontece em Recife, Pernambuco. Elaborado pela ANTRA e o Instituto Brasileiro Trans de Educação, com o apoio de oito instituições nacionais e duas internacionais, o documento foi ampliado para incluir as tentativas de

homicídio, outros tipos de assassinatos motivados por transfobia estrutural e casos não elucidados, além de outras violações de direitos humanos.

Em 2018, o Dossiê foi apresentado na Casa da ONU, em Brasília. O relatório foi entregue a representantes do Sistema das Nações Unidas no Brasil e à presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Bruna conta que a população trans e travesti está no foco da violência de gênero, principalmente a partir do momento em que se une ao feminismo. “Quando passamos a empoderar umas às outras, ‘ameaçamos’ o poder hegemônico, do patriarcado, e nos tornamos as primeiras pessoas ‘caçadas’ e violentadas”, explica a militante LGBTI.

“Os índices estão aí pra comprovar que o Brasil é um dos países que mais violenta e mata pessoas por questões de gênero feminino.”

Segundo a ativista, a violência é extremamente presente na vida das pessoas trans, pois “é a primeira instituição social que a população trans conhece quando passa a conviver fora do ambiente familiar - isso quando essa violência não acontece ainda dentro do próprio ambiente familiar, como em alguns casos”.

Além dos dados, o Dossiê traz também uma análise mais aprofundada dos casos, com o número de pessoas mortas, gênero, raça, classe e contexto social. Para Bruna, o documento busca dar visibilidade às pessoas trans e travestis como pessoas totalmente capazes de construir, saber e dar conta de sua narrativa.

“A importância do monitoramento é dar visibilidade aos dados, com foco na efetivação de denúncias para que esses dados sejam usados para pleitear políticas públicas”, explica.

“A partir do relatório, podemos provar para o Estado que estamos sendo assassinadas por questões de gênero e por sermos quem somos.”

O levantamento é feito por meio de pesquisas em dados de jornais, e os resultados já são visíveis. No primeiro ano, apenas 22% das mídias jornalísticas respeitavam a identidade de gênero das vítimas. Em 2018, esse

número passou para 66%. “Esse avanço também auxilia no levantamento de dados porque, às vezes, temos dificuldade com jornais que publicam que ‘homem vestido de mulher é assassinado’. Agora somos respeitadas, usam os pronomes corretos, conseguem minimamente chegar ao entendimento de que é uma pessoa trans, travesti ou mulher transexual”, conta Bruna.

Além da participação na diretoria da ANTRA, a ativista é segundo-sargento da Marinha do Brasil e ingressou na carreira militar há mais de 20 anos. Há três anos, ela também é coordenadora e articuladora do curso preparatório para vestibular ‘PreparaNem’ (em referência à gíria carioca ‘nem’, usada para representar as pessoas da preferia). O curso é voltado para pessoas LGBTI em vulnerabilidade, com foco em indivíduos trans e travestis. O método de ensino é alternativo e as turmas são reduzidas. Cerca de 70% dos alunos são mulheres trans e 70% dos índices de aprovação também são dessa população.

“O foco principal é restabelecer a escolaridade perdida e garantir que essas pessoas possam concorrer em ‘pé de igualdade’, não só para a formação acadêmica, mas para o próprio empoderamento, o fortalecimento da entrada no mercado formal de trabalho. É criar a oportunidade que falta, digamos assim, pelo menos no campo educacional.”

Bruna explica que o impacto do curso no combate à violência é grande porque abrange uma rede maior, que vai além dos alunos, alcançando também os professores e professoras voluntários. “São cerca de 70 pessoas atendidas direta e indiretamente que podem fortalecer e criar uma rede de apoio e cuidados para resgatar a autoestima, fortalecer a reinserção nos espaços sociais e profissionais, gerar renda e o próprio reconhecimento da independência”, afirma. Hoje o Instituto Brasileiro Trans de Educação fornece o curso preparatório em 27 cidades do Brasil.

Bruna também dá contribuições importantes em seu trabalho na Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT, como a Cartilha de Segurança para População LGBT, de sua autoria, que busca mostrar à população LGBT como minimizar os riscos de violência e se fortalecer para fazer denúncias.

A ativista também é coautora do Manual de Atendimento e Abordagem para População LGBT por Agentes de Segurança Pública. De acordo com Bruna, o combate à violência de gênero é um dos focos do material, “principalmente porque abordamos as questões de segurança e autosssegurança, autopreservação e segurança pública das pessoas”.

“Nos deparamos com altos índices de feminicídio e de violência doméstica, então temos esse olhar interseccional e acabamos chegando exatamente numa população que é de gênero feminino, de gênero divergente do masculino, negra e periférica”, acrescenta.

Além da violência, as pessoas trans e travestis também enfrentam dificuldades de acesso a serviços de saúde. Dados mais recentes do Ministério da Saúde estimam que entre 18% e 31% das travestis e pessoas trans no Brasil estejam vivendo com HIV. Entre a população em geral, essa prevalência é de 0,4%.

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), no mundo, travestis e mulheres trans têm até 49 vezes mais chances — em comparação com a média das pessoas com vida sexualmente ativa — de se infectar pelo HIV ao longo da vida. Globalmente, estima-se que 19% das mulheres trans e travestis vivam com HIV.

Diante do cenário do movimento trans no Brasil, Bruna acredita que “o que falta para conseguirmos combater melhor a violência de gênero é estar junto da luta das mulheres”.

“É de suma importância estar claro que o combate e enfrentamento à violência de gênero é uma luta não apenas de mulheres cis, mas também de pessoas trans e travestis e todas aquelas que são atravessadas pela violência de gênero. Precisamos, cada vez mais, nos aproximar dos movimentos e lutar pelo reconhecimento da nossa identidade de gênero”, completa a militante.

Para o mês da Visibilidade Trans, Bruna faz um chamado: “Convido as pessoas que não participam dos espaços de construção e de militância a se aproximarem e que venham somar. No final das contas, ainda somos poucas lutando por muitas. Quando formos muitas lutando por todas, as coisas

podem começar a mudar mais efetivamente”.

#DiaLaranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas

Celebrado no dia 25 de cada mês, o Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas alerta para a importância da prevenção e da resposta à violência de gênero. Sendo uma cor vibrante e otimista, o laranja representa um futuro livre de violência, convocando à mobilização todos os meses do ano, culminando no 25 de Novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. #UseLaranja todo dia 25.

O Dia Laranja integra a campanha do Secretário-Geral da ONU UNA-SE Pelo Fim da Violência contra as Mulheres, lançada em 2008, com o objetivo de dar visibilidade e aumentar a vontade política e os recursos designados a prevenir e responder à violência de gênero.

Em tese, psicóloga relata a vida marcada pela violência de travestis

(UOL, 07/04/2016) Nos últimos quatro anos, Valéria Melki Busin, psicóloga social e docente na Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), mergulhou no mundo particular de oito travestis para sua tese de doutorado: “Morra para se Libertar - Estigmatização e Violência contra Travestis”. Apresentado no IP (Instituto de Psicologia) da USP (Universidade de São Paulo), em abril de 2015, o texto fala sobre as dificuldades dessas pessoas viverem em uma sociedade na qual sair do padrão “pré-estabelecido” gera (muita) violência.

De acordo com a psicóloga, os dados sobre a hostilidade que essas mulheres enfrentam são subestimados, mas, segundo relatório anual do GGB (Grupo Gay da Bahia) de 2013, 40% dos assassinatos de travestis no mundo

acontecem no Brasil e, em sua maioria, são crimes de ódio.

Valéria é ativista do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) há mais de 15 anos, mas antes –e durante—o trabalho na militância vivenciou experiências traumáticas com travestis, como quando socorreu uma travesti alvo de uma garrafada, na região central de São Paulo.

Diante das histórias tristes que presenciou, Valéria decidiu, por meio de seu estudo, tentar entender por quais motivos essa violência é aceita pela sociedade.

“Elas escolheram a capital paulista porque aqui conseguem certa invisibilidade em alguns espaços. E, sobretudo, têm maior possibilidade de socialização, o que as tira da solidão tremenda na qual são obrigadas a viver”, afirma sobre as mulheres que entrevistou.

A seguir, trechos das histórias de cinco travestis entrevistadas para a tese.

Roberta Barretto, 34

Roberta saiu da casa dos pais aos 13 anos. Antes dos 18, começou a se prostituir porque acreditava que só existia travesti que se prostituía. Quando tinha cerca de 20 anos, presenciou o assassinato de uma travesti na região do Jockey, em São Paulo, onde fazia ponto.

Sofreu três agressões físicas em espaços públicos: levou um soco na cabeça dentro de um ônibus, um tapa na cara quando andava em uma passarela e, a pior de todas, foi vítima de pauladas e chutes de seis homens, em plena luz do dia. Caminhando com uma amiga também travesti, em um parque, foi cercada. Cada uma correu para um lado, Roberta rolou um barranco, caiu no chão com uma perna quebrada e foi agredida violentamente, enquanto era humilhada.

A violência foi interrompida por um garoto acompanhado por um cão da raça pit bull, que fez os homens fugirem. Depois de ajudá-la a se levantar, ele mostrou uma arma na cintura. Disse que não deveriam apenas tê-la agredido, mas matado, e retomou as agressões. Roberta ficou 15 dias em coma no

hospital.

Rebecca Thyfany , 24

Quando ela tinha nove anos, o pai –que era homofóbico e costumava agredi-la—morreu e a mãe casou-se novamente. Do padrasto, ela apanhava todos os dias, sem motivo aparente. Ele a mandava virar “homem”, chamava de “bichinha”.

Parou de estudar antes de completar o ensino fundamental. Aos 17, duas amigas também travestis a levaram para fazer programa, mas para Rebecca era preciso ter envolvimento amoroso para fazer sexo. Por conta disso, sofreu discriminação das próprias amigas, que a chamavam de “veadinho”.

A caminho de uma balada, por insistência de uma amiga, Rebecca pegou carona com um desconhecido. O homem a ameaçou com uma arma e exigiu que ela fizesse sexo com ele, bateu nela e ainda a humilhou, dizendo que estava fazendo isso para que ela aprendesse a ser travesti –como se ser travesti fosse sinônimo de prostituição.

O episódio fez com que ela passasse a ter muito medo de andar sozinha na rua. Para a psicóloga Valéria, ela disse que o que mais fez na vida foi chorar e sentir vontade de morrer. Como não conseguia se prostituir, começou a entregar folheto nos sinais de trânsito, vender bala em ônibus, entre outros trabalhos informais.

Hoje, Rebecca frequenta o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e na própria escola também já foi motivo de piada. “Mas ela diz que não abaixa mais a cabeça. Em uma das vezes, ao ser alvo de risadas, foi até a diretora do curso denunciar a agressão. Coisa rara de se ver, a diretora a apoiou.

Apesar de morar com os irmãos e cuidar dos sobrinhos, Rebecca diz que se sente muito sozinha, pois nunca teve namorado.

Sharon Pinheiro, 24

Aos sete anos, o pai a pegou dançando com uma calcinha da mãe. Por conta disso, pai e mãe a surraram com fios elétricos. Os irmãos deram cocô para

ela comer como se fosse chocolate, quando tinha cerca de nove anos. Aos 18, saiu do interior de São Paulo para morar na capital. Quando fazia ponto na avenida Cruzeiro do Sul, na zona norte da cidade, sofreu um ataque de um grupo de rapazes, que bateram nela com pedaços de pau. Teve fraturas no crânio e muitos ferimentos e ficou 15 dias internada em um hospital.

Quando saiu do hospital, decidiu trabalhar para uma cafetina para ter proteção. Em seu depoimento a Valéria, contou que viu a cafetina cortar os seios de uma travesti, que não havia conseguido pagar um empréstimo para colocar próteses de silicone. Depois disso, Sharon decidiu sair da prostituição, foi morar em albergues e, em uma sessão de cinema feita para moradores de rua, conheceu o marido.

Iara Pereira, 40

Iara tinha sete anos quando teve sua primeira relação sexual. Foi com um garoto de uns 14 anos, vizinho da família. Para Valéria, afirmou que não houve abuso, pois ela mesma insistiu para ficar com ele. Sua feminilização começou a se concretizar quando tinha 16 e ficava com um pastor evangélico, que era casado e tinha filhos.

Quando estava no segundo ano do ensino médio, ela e mais duas amigas passaram a ser bastante hostilizadas na escola, especialmente porque já tomavam hormônios e estavam ficando cada vez mais femininas. A perseguição culminou com uma “chuva” de pedras na porta do colégio. Depois da violência, elas pararam de estudar.

Algum tempo depois, quando tinha 18, Iara passou por mais um episódio traumático por conta de uma amiga ter furtado um sutiã em uma loja. As duas foram obrigadas a limpar a loja, apanharam de quatro seguranças. Iara apanhou mais porque não chorava. Tiveram de tirar as roupas, que os seguranças molharam antes de devolver, quando finalmente foram liberadas.

Cynthia Toledo, 65

Cynthia perdeu os pais na adolescência e passou a fazer serviços domésticos em casas de parentes em troca de hospedagem. Para ela, se fosse rica ou famosa, não ficaria tão desamparada e seria aceita, independentemente de

ser negra e homossexual.

Estava morando no Rio de Janeiro com uma tia -que pagava sua escola, mas a fazia de empregada porque havia notado seu jeito feminino—quando decidiu fugir. Ninguém da família a procurou. Depois de um tempo trabalhando com cafetinas, conseguiu emprego como faxineira em uma loja. Por achá-la bonita, a dona a incentivou a fazer um teste para ser vendedora e ela conseguiu a vaga.

Conheceu um estilista que a levou para São Paulo para trabalhar como modelo, mas, como o dinheiro não era suficiente, arrumou emprego em um shopping. Após três anos trabalhando com documentos falsos, saiu expulsa e humilhada após as outras vendedoras descobrirem que era travesti -e sem nenhum direito porque a pessoa registrada não existia.

Foi então que, por conta dos contatos em desfiles, surgiu a oportunidade de ir para a Europa, onde foi ser prostituta de luxo. Cynthia fazia “michê”, mas fez questão de estudar assim que chegou na Europa. Lê e fala fluentemente francês e italiano. Hoje, diferentemente da maioria das travestis que conhece, Cynthia tem um emprego estável. Em seu depoimento, disse que a falta de oportunidades para travestis é uma violência sem nome.

Thais Carvalho Diniz

Acesse no site de origem: [*Em tese, psicóloga relata a vida marcada pela violência de travestis \(UOL, 07/04/2016\)*](#)